

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A UNESCO E AS INTERSEÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

EDUCATION AND REGIONAL DEVELOPMENT: UNESCO AND THE INTERSECTIONS WITH REGIONAL DEVELOPMENT

Argos Gumbowsky^{1*}, Lucia Juraszek², Elfi Irene Noernberg³, Erick Douglas Weber da Maia⁴

¹ *Doutor em Educação, Universidade do Contestado, Canoinhas, SC, Brasil, argosgum@gmail.com*

² *Mestra em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, Mafra, SC, Brasil, lucia.juraszek@trt12.jus.br*

³ *Mestranda em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, Canoinhas, SC, Brasil, elfirene@gmail.com*

⁴ *Mestrando em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, Mafra, SC, Brasil, erick.maia@professor.unc.br*

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar abordagens inerentes à relação educação e desenvolvimento regional a partir de abordagens da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Justifica-se por articular as ações desenvolvidas pela UNESCO no campo da educação à discussão do desenvolvimento regional. Convencionou-se como artigo de revisão bibliográfica apoiada na pesquisa documental. A coleta de dados foi realizada no período de 02 a 30 de maio de 2020 no site da UNESCO, no *Scientific Electronic Library Online*, em Banco de teses, dissertações e periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, portal de legislação do Governo Federal, portal do Ministério da Educação, acervo bibliográfico de Universidades dentre outros. No referencial teórico estão os temas: educação como fator de desenvolvimento; a UNESCO e a educação básica; a UNESCO e a educação superior. Em ambas as abordagens explora-se as interseções com o desenvolvimento regional. Concluiu-se que o organismo contribui para a educação e desenvolvimento ao defender o fortalecimento do Estado de Direito por meio da educação para formuladores de políticas da educação básica e superior.

Palavras-chave: Educação para o desenvolvimento. UNESCO. Desenvolvimento regional.

Abstract

This article aims to present approaches inherent to the relationship between education and regional development based on approaches of United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). It is justified by linking the actions developed by UNESCO in the field of education to the discussion of regional development. It is known as a bibliographic review article supported by documentary research. Data collection was carried out from May 02 to 30, 2020, utilizing the databases from UNESCO website, Scientific Electronic Library Online (SciELO), theses, dissertations database and journals from Coordinating Agency for Advanced Training of Graduate Personnel, Federal Government's legislation web portal, Ministry of Education web portal and bibliographic collection of universities, among others. In the theoretical referential are the themes: education as a development factor, UNESCO and Basic Education as well as UNESCO and higher education. Both approaches explore the intersections with regional development. It was concluded that the organization contributes to education and development by defending the strengthening of the rule of law through education for basic and higher education policy makers.

Keywords: Education for development. UNESCO studies. Regional Development.

©UNIS-MG. All rights reserved.

1 INTRODUÇÃO

Entender o conceito de desenvolvimento além da questão econômica resulta numa busca de assuntos relevantes que norteiam o real entendimento de ir além de fatores econômicos, visto que há uma gama de contextos que envolvem o desenvolvimento de uma determinada região. A educação é uma porta de conhecimento que sem dúvida alimenta a ideia de uma região desenvolvida, pois o viés educacional cria oportunidade de crescimento pessoal capaz de refletir na região onde os sujeitos envolvidos são atuantes. Entendendo que o desenvolvimento não está atrelado apenas a relações econômicas, busca-se a necessidade de entender de que forma ocorre e por que ultrapassa o setor financeiro de uma região. Para que haja o sucesso de desenvolvimento é necessário que se ofereça uma educação de qualidade. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) uma educação de qualidade é:

[...] é aquela que mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (p. 118).

Desenvolvimento e educação sempre foram pautas de discussão de vários setores. Uma educação de qualidade requer investimentos, recursos e mecanismos que reflitam de forma positiva no desenvolvimento de uma determinada região. A educação reflete na capacidade de investimentos sociais e econômicos indispensáveis aos seres humanos para que se tenha a diminuição da desigualdade.

Se observarmos o contexto atual, o desenvolvimento educacional é fundamental para que também ocorra desenvolvimento de recursos financeiros, sendo assim, a educação é responsável pela capacidade humana de propor crescimento econômico, promovendo o conhecimento para que todos os envolvidos possam ser agentes transformadores e atuantes no desenvolvimento de sua região. O vínculo educacional e o desenvolvimento estão em torno da necessidade de formar cidadãos capazes de transformar e agir nas regiões em que estão inseridos, isso é fundamental para que ocorra de forma transformadora o crescimento de uma região.

A educação tem o poder de equilibrar as oportunidades de igualdade social e econômica. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aponta, além da renda per capita, a taxa de escolaridade como sendo também fator primordial para melhor condição de vida, com o aproveitamento de conhecimentos, serviços e condições de melhoria econômica. A educação cria maiores oportunidades de empregos contribuindo para maior desenvolvimento socioeconômico. Estas políticas educacionais são defendidas por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A UNESCO foi criada após o término da segunda guerra mundial, em 16 de novembro de 1945. Constitui-se numa agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. No setor de Educação, a principal diretriz da UNESCO é auxiliar os países membros a atingir as metas educacionais para todos, promovendo o acesso e a qualidade em todos os níveis e modalidades.

A Agência da UNESCO, no Brasil, foi instalada em Brasília no ano de 1964, tendo como primado a defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção do desenvolvimento humano e social. Em 2020, além de outras ações, ela coordena o movimento Educação para Todos,

acompanha as tendências do ensino e aumenta o perfil de necessidades educacionais nas agendas de desenvolvimento global.

A entidade auxilia na formulação de políticas públicas mediante projetos de cooperação técnica entre o governo (nas esferas federal, estadual e municipal), a sociedade civil e as iniciativas privadas.

Destacam-se no Brasil (2020), além de inúmeros outros projetos, a parceria com o Ministério da Educação. Tal parceira visa promover ações que garantam o desenvolvimento de uma educação diferenciada, que assegure inclusão, equidade e qualidade e que promova oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos, conforme previsto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 4 (ODS-4). Ao abordar a educação inclusiva Langhi *et al.* (2000) alertam:

As mudanças na estrutura do sistema educacional são urgentes e, no cenário dessas transformações, a educação inclusiva surge com resposta ou oportunidade de qualificação das práticas educativas. E práticas educativas que se instauram para favorecer a convivência, o aprendizado, o desenvolvimento das potencialidades intelectuais, sociais e humanas de todos e cada um de seus educandos (p. 69).

Tendo em vista esse contexto de discussão anunciado, a indagação norteadora da presente escrita recai sobre o seguinte questionamento: quais as principais proposições emanadas da UNESCO e que interlocução é feita com a educação enquanto agente de desenvolvimento regional?

Partindo desse questionamento, este artigo tem como objetivo apresentar abordagens que são inerentes à relação educação/desenvolvimento regional a partir de perspectivas apresentadas pela UNESCO.

Tal estudo justifica-se pela relevância desse organismo internacional na elaboração de estudos, relatórios e implementação de programas que têm a finalidade de qualificar a educação e, por consequência, oportunizar o desenvolvimento das nações. Alia-se a isso, a reduzida produção acadêmica na relação UNESCO/educação/desenvolvimento regional, pois, consultando a base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) com tais palavras-chave, apenas cinco artigos são identificados. Já no *Redalyc - Sistema de Información Científica*, a pesquisa não retornou resultados.

Desse modo, o artigo estrutura-se em três seções: a primeira aborda a educação como fator de desenvolvimento; a segunda versa sobre a UNESCO e a educação básica apresentando as interseções com o desenvolvimento regional; e a terceira discorre sobre a UNESCO, a educação superior e as interseções com o desenvolvimento regional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo constituiu-se como uma revisão bibliográfica de caráter analítico. Assim, a metodologia adotada é bibliográfica e documental. Desse modo, a pesquisa bibliográfica é imperiosa, permitindo aos pesquisadores o conhecimento teórico acerca do que já foi relatado sobre o assunto investigado. A pesquisa documental assumiu especial relevância ao proporcionar detida análise “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45). De acordo com Gil (2008, p. 62-63), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”. Segundo Figueiredo (2007), na pesquisa documental os documentos utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos “trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador”.

(p. 5). Desse modo, a principal fonte de documentos analisados constituiu-se dos relatórios produzidos pela UNESCO.

Ademais, foram selecionados artigos, dissertações, teses, obras e relatórios para serem analisados concomitantemente aos documentos. Assim, seguiram-se os seguintes passos: leitura exploratória; leitura seletiva e escolha dos materiais que se adequam aos objetivos e tema deste estudo; leitura analítica e análise dos textos, finalizando com a realização de leitura interpretativa e redação. A coleta de dados foi realizada no período de 02 a 30 de maio de 2020 e utilizaram-se para a exploração as bases de dados: *site* da UNESCO, *SciELO*, Banco de teses e dissertações e periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), portal de legislação do Governo Federal, portal do Ministério da Educação, acervo bibliográfico de Universidades dentre outros. Tal processo teve como finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências, seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas” (MARCONI; LAKATOS, 2013, p. 166). Os descritores escolhidos e utilizados para o aprofundamento da pesquisa foram: UNESCO, desenvolvimento regional, educação e desenvolvimento regional, UNESCO e desenvolvimento regional. Eles foram utilizados na busca simples e na busca avançada. Os artigos, relatórios e *e-books* repetidos foram descartados e não houve delimitação temporal.

3 A EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Existe uma estreita ligação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento da educação. Para Sanchis (1997), o crescimento econômico depende do desenvolvimento tecnológico e, como tal, requer trabalho qualificado. O uso da tecnologia reduz postos de trabalho com pouca qualificação e modifica parte significativa dos empregos. Porém, faz surgir novos empregos, mais qualificados. Portanto, é necessário incrementar o percentual da população escolarizada, o que trará efeitos benéficos tanto para a sociedade quanto para os indivíduos.

Echevarría (1967), quando disserta sobre a educação como fator de desenvolvimento, explica que: “consiste em pôr estreita conexão a análise das necessidades educacionais com as necessidades de um previsível quadro ocupacional, dentro dos horizontes de desenvolvimento determinados” (p. 21).

O desenvolvimento econômico implica que se possa contar, através de sucessivas ampliações, com um sistema de posições técnicas sem as quais se torna impossível levar a cabo uma atividade econômica cada vez mais complexa e especializada - E esses quadros de especialistas - desde os de mais modesta significação até os de mais complicado grau de formação intelectual, são os que se mostram sob a forma de uma demanda que a sociedade reclama à educação, para que esta atenda em prazo determinado. A educação vem a ser o instrumento de oferta capaz de satisfazer a mencionada demanda (ECHEVARRÍA, 1967, p. 21).

Segundo esse autor, o processo educacional pode ser considerado um fator decisivo para os resultados do desenvolvimento econômico, um mecanismo operativo de transformação da estrutura social e uma ferramenta de estímulo ao avanço tecnológico. Em outra perspectiva, Oliveira (2000) infere que a teoria do capital humano contribuiu largamente para o discurso e a crença na eficácia da educação como instrumento de distribuição de renda e equilíbrio social. Esse viés surgiu como instrumento indispensável aos países subdesenvolvidos para alcançar o desenvolvimento pretendido. Para a teoria do capital humano, o indivíduo produtivo seria combinação de trabalho físico e educação ou treinamento, assim, considera-se o homem como

organizador de suas próprias capacidades produtivas. Por isso, essa teoria denominava investimento suas despesas com educação, para aumentar a sua produtividade.

Entre os anos 1930-1940, no Brasil, a indústria e o mercado interno se tornaram os impulsionadores da dinâmica econômica. Assim, a educação profissional ganhou nova e maior dimensão, assumindo contornos que lhe davam maior amplitude e se associavam a inovações tecnológicas vinculadas ao avanço industrial (ARAUJO; LIMA, 2014).

Com a adoção de uma política industrial aconteceu uma expansão no segmento de bens duráveis e o Brasil se tornou uma nação industrial. De fato, no período usualmente considerado como representativo da chamada industrialização por substituição de importações (1930-1980), a economia brasileira cresceu à média de 6,3% ao ano, particularizando-se em um crescimento médio anual de 7,3% nos 34 anos do período 1947-1980, ou seja, a partir do imediato pós Segunda Guerra Mundial (ARAUJO; LIMA, 2014).

Os anos de 80 e o início da década seguinte esteve permeado por inflação alta, greves e reivindicações de reajustes salariais, desemprego, tentativas frustradas de estabilização - não se operam reformas econômicas ou institucionais de fundo, exceto o início de abertura comercial (1990-1992). Nesse contexto, em 1986 entrou em vigor a Lei que criou o seguro-desemprego, política consolidada no capitalismo europeu desde o pós Segunda Guerra Mundial (ARAUJO; LIMA, 2014).

Myint (1967) resumiu o contexto educação e o desenvolvimento econômico ao asseverar que:

A situação é bastante diferente quando examinamos o sistema educacional pela sua função de transformar ativamente o vigente modelo de desenvolvimento econômico e de acelerar a velocidade do crescimento. Aqui, a função seria produzir cavilhas quadradas que não encaixarão nos buracos redondos existentes, mas servirão para romper os modelos econômicos usuais e transformá-los em outros novos (p. 136-137).

A educação exige procedimentos técnicos e um rigoroso planejamento, e, ainda, constitui um desafio imediato que as condições históricas impõem à inteligência contemporânea. Sob esse enfoque, faz-se necessário pensar nas mudanças tecnológicas e organizacionais do trabalho e caracterizar as tendências pelas quais passam o mundo globalizado:

[...] configuraram o mundo produtivo com algumas características tendenciais: flexibilização da produção e reestruturação das ocupações; integração de setores da produção; multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores; valorização dos saberes dos trabalhadores não ligados ao trabalho prescrito ou ao conhecimento formalizado. No contexto dessas transformações, estudos sociológicos e pedagógicos recuperam o debate sobre a qualificação, ao mesmo tempo em que se testemunha a emergência da noção de competência atendendo a, pelo menos, dois propósitos: a) do foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador, em suas implicações subjetivas com o trabalho; b) institucionalizar novas formas de educar/formar os trabalhadores e gerir internamente as organizações e no mercado de trabalho em geral, sob novos códigos profissionais (RAMOS; STAMPA, 2016, p. 401).

Vive-se em uma sociedade regida pela informação. Na conjuntura de mudanças, a qualificação tem sido endurecida pela noção de competência em razão do enfraquecimento de suas dimensões conceitual e social e em benefício da dimensão experimental. A experiência e os saberes sociais destacam-se diante do saber formal.

Vieira e Luz (2005) defendem a educação como condição para o exercício da cidadania:

[...] a educação exerce dupla função de socializar os indivíduos e disseminar os conhecimentos. Com o advento da ciência moderna e do Estado Moderno, a escola tornou-se o lócus da educação, assumindo a função de instrumento de conquista da liberdade, participação e cidadania, garantindo, ao mesmo tempo, o processo econômico. As teorias econômicas aproximaram a educação do projeto capitalista e chamaram o Estado a participar dessa ação, facilitando e até mesmo impondo a toda a população trabalhadora a necessidade de aprender questões básicas como ler, escrever e realizar operações matemáticas, como forma de disciplinar a mão-de-obra (mercadoria) para a produção (p. 94).

Com a industrialização, o mercado de trabalho exigiu um novo tipo de trabalhador, mais especializado e a formação para o trabalho passou a significar formação profissional. Assim, a educação profissionalizante vem despertando interesse e sendo tratada com mais cuidado. Uma vez que exige ser pensada a partir das características do mercado de trabalho da região, teve como aliadas políticas de emprego que buscam o crescimento econômico regional.

É preciso entender como a educação para a formação profissional se estrutura nas políticas públicas, construindo o conhecimento e seus efeitos contínuos na vida dos homens. Como já citado, a formação educacional não garante a conquista de um determinado posto de trabalho. Porém, Frigotto (1984) diz que a educação é o melhor investimento para os seres humanos e, certamente, contribui para a formação de indivíduos articulados, responsáveis, motivados e qualificados.

No Brasil, a educação é direito de todos como preconiza o dispositivo constitucional:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

De acordo com Frigotto (1984), pôde-se afirmar que a educação deve ser atribuição do núcleo familiar e do Estado com a colaboração da sociedade. Assim, é evidente que o objetivo será o desenvolvimento da pessoa, preparando o jovem para o trabalho com capacidade para exercer a cidadania¹. A educação, para Frigotto (1984), é um processo:

[...] escolar ou não, está reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente de produção. De acordo com a especificidade e complexidade da ocupação, a natureza e o volume dessas habilidades deverão variar (p. 40).

Frigotto (1984), quando comenta sobre educação e produção, alega que a qualificação aparece como panaceia para superar as desigualdades entre nações, regiões ou indivíduos e, com isso, o problema da desigualdade tende a reduzir-se a um problema de não qualificação.

Ainda em 2016, a UNESCO elencou uma série de fatos e projeções que comprovam como a educação pode ser poderosa e participar ativamente do desenvolvimento sustentável esperado pela ONU na Agenda 2030. São eles: a) Reduz taxas de natalidade; b) reduz impactos de desastres naturais; c) melhora a produtividade da agricultura; d) combate a pobreza; e) supre as necessidades do mercado de trabalho; f) reduz as diferenças entre gêneros; g) diminui a mortalidade infantil e a taxa de fecundidade; h) representa menor criminalidade; i) aumenta a participação política construtiva; j) diminui sonegação fiscal.

Já o relatório de 2016 focou na "Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros". Ele analisa o impacto da migração e do deslocamento entre todos os movimentos

¹ Conjunto dos direitos e deveres civis e políticos de um indivíduo na sociedade, os quais permitem aos cidadãos intervir nas ações do Estado e poder usufruir dos serviços ofertados por órgãos estatais.

populacionais: internos e transfronteiriços, voluntários e forçados, para o emprego e para a educação. O documento expressa que a educação é um elemento importante na decisão de migrar e incentivar a busca por uma vida melhor. Dentre as recomendações do documento cita-se: a) proteger o direito à educação de migrantes e deslocados; b) incluir migrantes e deslocados no sistema nacional de educação; c) compreender e planejar as necessidades educacionais de migrantes e deslocados; d) representar com precisão, histórias de migração e deslocamento na educação para desafiar os preconceitos; e) preparar os docentes de migrantes e refugiados para lidar com a diversidade e as adversidades; f) aproveitar o potencial dos migrantes e dos deslocados; g) apoiar as necessidades educacionais de migrantes e deslocados na ajuda humanitária e para o desenvolvimento (UNESCO, 2016b).

Ainda no ano de 2019, a UNESCO lançou a obra “Fortalecimento do estado de direito por meio da educação: um guia para formuladores de políticas” com os seguintes objetivos:

Ajudar os profissionais da educação a compreender melhor o significado do Estado de direito e suas implicações para a educação. Fornecer orientações sobre as principais áreas de ação e modalidades específicas para promover o Estado de direito e uma cultura de legalidade por meio da educação primária e secundária (p. 19).

O estado de direito por meio da educação vincula-se a dois pressupostos fundamentais: o acesso e a permanência na escola de qualidade extensiva a todos os segmentos da sociedade. Deste modo pode-se almejar a superação gradativa das desigualdades sociais presentes na educação básica, e na educação superior.

4 A UNESCO E A EDUCAÇÃO BÁSICA: INTERSEÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Educação desempenha papel importante na vida dos cidadãos e oportuniza o desenvolvimento das competências e habilidades. Na visão da UNESCO (2019, p. 22):

Por meio da educação, espera-se que os estudantes adquiram e desenvolvam as experiências e habilidades cognitivas, socioemocionais e comportamentais de que precisam para se tornarem contribuidores construtivos e responsáveis perante a sociedade.

Assim, no contexto educacional é importante destacar a colaboração da UNESCO para que a educação se constitua um fator determinante para um futuro melhor e de desenvolvimento humano dos países, podendo se transformar em eixo dinamizador do triângulo interativo pela paz, pelo desenvolvimento e pela democracia.

A UNESCO (1998) considera que a educação é a chave para o desenvolvimento, que deve ser ofertada para todos ao longo de toda a vida e é uma possibilidade mais próxima de combater o problema do subdesenvolvimento. Ressalta, ainda, as quatro aprendizagens básicas que necessitam ser estimuladas: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Com isso, objetiva minimizar desafios como a erradicação do analfabetismo, educação de qualidade e redução da pobreza.

O documento “A UNESCO e a Educação na América Latina e Caribe” (1998) aponta estratégias, ações e contribuições da organização, apresentando decisões importantes das Reuniões e Conferências de Educação. Foi referência da Conferência Regional de Ministros da Educação e de Ministros encarregados do Planejamento Econômico, realizada no México em 1979 como um marco para a identificação de carências educacionais, como a extrema pobreza; persistência da baixa escolaridade; analfabetismo; evasão; inadequação de sistemas de ensino; desajuste entre educação e trabalho; e escassa articulação da educação com o desenvolvimento econômico, social e cultural.

A UNESCO (1998, p. 25), menciona a VI Conferência Regional de Ministros da Educação e de Ministros encarregados do Planejamento e III Reunião do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal de Educação, realizada em 1987, em Bogotá, que reconhece o desafio do papel da educação em relação às políticas de desenvolvimento para superar a pobreza, enfatizando a atribuição do Estado como protagonista e dinamizador do setor público.

De acordo com esse referencial, destacam-se ainda outras reuniões e conferências que contribuíram para a transformação gradual no desenvolvimento educacional. Houve avanços significativos na década de 1990 caracterizados por reformas educacionais globais no aspecto pedagógico, curricular e de gestão, mas o desenvolvimento de pesquisas e avaliação ainda se constitui como desafio para a melhoria da prática escolar do dia a dia. Surgiu, portanto, a preocupação com uma educação de qualidade com equidade, respeito à diversidade, construção da paz e consolidação da democracia.

O documento ainda apresenta um conjunto de ações que apontam desafios da sociedade com a educação, entre eles: acesso universal à educação e superação do analfabetismo; pós alfabetização e educação básica para todos; educação de qualidade com equidade para todos ao longo de toda a vida; educação como dever de todos; educação como direito humano para a paz; tolerância e democracia; educação para todos e futuro sustentável; melhor e mais investimentos em educação; uso dos meios de comunicação social e novas tecnologias na educação e temas transversais (UNESCO, 1998).

Na trajetória de contribuições, importante citar o documento “O Marco de Ação de Dakar” (2000) que é um compromisso coletivo da Cúpula Mundial da Educação. Esse documento apresenta objetivos, estratégias e compromissos dos governos, organizações, agências, grupos e associações representados na Cúpula Mundial de Educação que fortalecem os mecanismos existentes para acelerar o progresso da Educação para Todos (EPT). A Cúpula Mundial da Educação (2000, p.1) ressalta que:

A educação, enquanto um direito humano fundamental, é a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro e entre países e, portanto, um meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI. Não se pode mais postergar esforços para atingir as metas de EPT.

Outro documento relevante é a “Declaração de Incheon” do Fórum Mundial de Educação (2015), que designa à UNESCO a tarefa de continuar a liderar e coordenar a Agenda de Educação 2030. Essa que tem o compromisso de transformar vidas por meio da educação, uma vez que reconhece o seu importante papel como impulsionador do desenvolvimento.

Com relação à educação básica, o “Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI”, de Delors *et al.* (1996), aponta-a como um indispensável ‘passaporte para a vida’, com desafio de atingir os que continuam excluídos da educação. Assim, aponta que é necessário conceber e aperfeiçoar modelos e sistemas educacionais novos com vistas à oferta de uma educação básica pertinente e de qualidade.

A Lei Federal n. 9.394/96 salienta que a Educação Básica possui a finalidade de “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, art. 22).

O Fórum Mundial de Educação (2015) complementa ao salientar que da Educação Básica é dever “garantir educação primária e secundária gratuita, equitativa, de qualidade e com

financiamento público por 12 anos e também o fornecimento de pelo menos um ano de educação pré-primária gratuita e obrigatória” (p. 2).

Especificamente à respeito da Educação Infantil, a UNESCO (1998, p. 49) afirma que “os primeiros anos da infância constituem um período chave para o desenvolvimento humano [...] a maioria dos problemas de aprendizagem que se destacam na educação básica poderia ser evitado ou reduzido com uma estimulação precoce”.

[...] a necessidade de considerar a Educação Infantil como uma etapa educacional com objetivos e entidades próprias e não simplesmente como uma etapa preparatória para a Educação Primária. Apesar da importância desta etapa educacional, sua oferta é ainda insuficiente e sua distribuição injusta, ainda que se reconheça os avanços experimentais nos últimos anos (UNESCO, 1998, p.43).

A Lei Federal n. 9.394/96 destaca a educação infantil como “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, art. 29).

Delors *et al.* (1996) aponta a importância da educação pré-escolar: “uma escolarização iniciada cedo pode contribuir para a igualdade de oportunidades, ajudando a superar as dificuldades iniciais de pobreza, ou de um meio social ou cultural desfavorecido” (p. 129).

Para esses autores, é importante a relevância de reforçar a educação básica por meio das aprendizagens fundamentais: ler, escrever, calcular e também poder exprimir-se por meio do diálogo e comunicação.

Com relação ao ensino secundário, Delors *et al.* (1996) o apresentam como a plataforma giratória de toda uma vida, pois ele:

[...] parece cristalizar muitas das esperanças e das críticas que suscitam os sistemas formais. Por um lado, as famílias e alunos, consideram-no, muitas vezes, como a via de acesso à promoção social e econômica. Por outro lado, é acusado de ser desigualitário, de estar pouco aberto ao mundo exterior e, de um modo geral, de fracassar na preparação dos jovens, tanto para o ensino superior, como para a entrada no mundo do trabalho (DELORS *et al.*, 1996, p. 134).

O sistema educacional enfrenta vários desafios quando busca alcançar os objetivos propostos para a educação básica. Nesse contexto, os professores também representam um fator decisivo para a oferta de um ensino e de uma aprendizagem com qualidade. Por isso, é necessário investir na formação inicial e continuada, de acordo com a UNESCO (2005b, p. 47 *apud* UNESCO, 2019, p. 49):

Além disso, uma vez que os professores atuam como planejadores, incentivadores, construtores de clima, facilitadores, orientadores, mediadores, organizadores de conhecimento e avaliadores, eles são centrais para a interpretação e a implementação de qualquer currículo.

Desse ponto de vista, cabe aos professores o desenvolvimento de atividades em sala de aula que assegurem aos seus estudantes “uma aprendizagem ativa e de experiências práticas baseadas em suas vidas diárias, que desenvolvem resultados da aprendizagem, tais como o pensamento crítico e habilidades para a resolução de problemas” (UNESCO, 2019, p. 46).

No contexto apresentado pela UNESCO (1998), várias são as contribuições para a melhoria da educação e consequente promoção do desenvolvimento dos países membros, como: serviços estatísticos; melhoria de indicadores educacionais; apoio aos programas de educação básica para

todos; programas de educação pré-escolar; produção de material didático educativo; atividades para criança com necessidades educativas especiais; realização de atividades de capacitação; atividades relacionadas à alfabetização; capacitações referentes ao currículo; programas de educação para a paz; divulgações por meio de publicações; programas de prevenções em drogas; promoção do ensino da matemática e feiras científicas; concessão de bolsas de estudo; promoção de intercâmbios de informação, inovações pedagógicas. As ações citadas são algumas estratégias para viabilizar o desenvolvimento das regiões, e segundo a UNESCO (1998, p. 99):

O desenvolvimento já ultrapassou a dimensão de simples crescimento econômico, sendo considerado atualmente como a ampliação das possibilidades humanas. Existe a imperiosa sensação de que é preciso desenhar um crescimento econômico que respeite os direitos das pessoas e do meio ambiente [...]. Nesta nova visão de desenvolvimento, o mais importante é a força criativa de uma educação capaz de imaginar novas relações e interações das pessoas e entre elas e o meio ambiente.

Outro importante argumento da UNESCO (1998) é que a educação não foge da globalização e da integração. Dessa forma, a cultura, o desenvolvimento e a educação fazem parte de uma trilogia inseparável, pois não é possível haver desenvolvimento sem educação, mas são necessárias políticas de outras áreas para avançar.

Na abordagem da educação básica, que é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanente, constata-se que a UNESCO, por meio de ações compartilhadas com os Governos, tem contribuído para o avanço nos índices e na qualidade da educação, da aprendizagem e da alfabetização, o que resulta também no consequente desenvolvimento dos países, estados e regiões.

5 A UNESCO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: INTERSEÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Durante a Conferência Mundial de Educação para Todos que ocorreu no ano de 1990, em Jomtien, Tailândia, ficou reconhecido que para uma formação em ensino superior com um nível mais elevado, o processo de educação básica deveria possuir uma formação sólida e com qualidade servindo, assim, como base para esta nova etapa de formação científica (BRASIL, 1993).

Durante a reunião dos participantes da Cúpula Mundial de Educação, ocorrida em Dakar (Senegal) no ano de 2000, ocorreu o Marco de Ação de Dakar que reafirmou a visão da Declaração Mundial de Educação para todos. Essa Declaração visa que “toda criança, jovem e adulto tem o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem” (CÚPULA MUNDIAL DA EDUCAÇÃO, 2000, p. 1).

Na Declaração de Inchenon, realizada no ano de 2015 na Coreia do Sul, foi reafirmada a visão de Educação para Todos e os participantes comprometeram-se em oportunizar a educação durante toda a vida dos seus cidadãos, o que inclui, também, uma educação superior de qualidade (FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO, 2015).

Ainda durante o Fórum Mundial de Educação em 2015 foi estabelecida a meta de 2030 que tem o intuito de transformar a vida por meio da educação, essa que é fator essencial para a geração, manutenção de empregos e também a erradicação da pobreza (FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO, 2015).

Dados da UNESCO e do relatório de Monitoramento Global da Educação, apontam que a pobreza mundial poderia sofrer uma severa alteração se caso todos os adultos completassem o ensino médio (UNESCO, s.d.)

A educação é a chave para o desenvolvimento de indivíduos, famílias, comunidades e sociedades. Ela fornece às pessoas os conhecimentos e as habilidades que aumentam sua produtividade e as torna menos vulneráveis a riscos. Estima-se que, em média, cada ano de escolarização poderia aumentar a remuneração salarial em 10% (UNESCO, s.d., n.p.).

Dessa forma, evidencia-se que a realização do ensino superior fará possivelmente com que a população tenha uma maior qualidade e expectativa de vida, favorecendo, desse modo, o desenvolvimento regional, esse que está intimamente ligado a essas questões.

Delors (1996) enfatiza que, ao mesmo tempo em que muitas famílias veem no ensino superior uma possibilidade de promoção social e econômica, existe ainda a visão de que muitos jovens não se adequam ao ensino superior.

Percebe-se que ao mesmo tempo que é identificada a grande importância dessa modalidade educacional na vida da população, encontra-se tal incongruência: é necessário e enriquecedor, entretanto, ainda há jovens que não se adaptam e optam por abandonar o ensino superior.

Frente ao mencionado, pode-se apontar que a UNESCO atua fortemente diante desse problema, pois suas características e autoridade moral atentas ao desenvolvimento humano visam ações para renovar os sistemas de educação e fazer com que toda a população tenha o direito a educação, com foco na ideia global de paz, tolerância e espírito de justiça (DELORS, 1996). Portanto, é possível evidenciar que a UNESCO possui uma missão² que está sendo seriamente trabalhada para ser alcançada.

O processo de formação ocorrido nas instituições de ensino superior é pautado em ações de ensino, pesquisa e extensão, e tais atividades estão voltadas a objetivos econômicos e sociais que se prendem ao desenvolvimento regional (GODDARD, 1998).

Entende-se que um modelo de ensino direcionado apenas à aprendizagem no aluno proporciona uma formação profissional com conhecimento, todavia poderá afastar a Instituição de Ensino Superior (IES) e os indivíduos de suas responsabilidades sociais. É indubitável a necessidade de ações voltadas à sociedade (extensão universitária), com objetivo de levar o conhecimento teórico/prático à comunidade.

Conforme postulado pela UNESCO em outras oportunidades, as instituições de Educação Superior, e, em particular, as Universidades, têm a responsabilidade de realizar a revolução do pensamento, pois esta é fundamental para acompanhar o resto das transformações (DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA REGIONAL, 2009, p. 241).

Levando em consideração os aspectos aludidos, evidencia-se que as universidades possuem papel fundamental na formação de um ser economicamente ativo e com valores sociais responsáveis.

Segundo Goddard (1998), as universidades locais devem direcionar suas estratégias de ensino às necessidades da região, mediante um planejamento universitário. Fato esse que será essencial para sua sobrevivência no mercado e para a valorização local, conduzindo o desenvolvimento da própria região em aspectos tanto intelectuais como econômicos.

A Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (2009) cita que as universidades, geradoras do processo de educação superior, devem permanecer cômicas e partir das possibilidades e contribuições em consonância com tal alegação.

² “Contribuir para a construção da paz, a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural. Praticamente todos os grandes desafios enfrentados pela comunidade internacional nos dias de hoje, relacionam-se a uma ou várias das grandes áreas de atuação da Organização” (UNESCO, 2020).

Em virtude das assertivas acima, é possível compreender que as IES possuem direta ligação com a região desde que suas estratégias e ações estejam focadas nas necessidades locais, as quais giram em torno da comunidade e mercado de trabalho disponíveis. Em um contexto econômico, entende-se que a universidade possui um papel fundamental na sociedade, pois como empresa é empregadora de uma grande quantidade de pessoal (GODDARD, 1998). Sendo assim é possível analisar que a implementação de instituições de ensino superior dos municípios é um fator positivo para o crescimento local, pois além de fortalecer o capital humano, exerce um papel fundamental na absorção de mão de obra local.

Ainda pelo viés econômico, a universidade atua de forma a favorecer uma migração estudantil devido ao fato de ser composta por alunos de outras regiões que, ao se instalarem no município da instituição, passarão a fazer uso do comércio local. Ademais, após diplomados, esses alunos poderão compor o quadro de funcionários das empresas locais, fazendo com que a mão de obra seja mais qualificada, gerando um impacto direto, econômico e socialmente positivo para o município/região (GODDARD, 1998).

Além de fatores econômicos, as universidades, no processo de formação na educação superior, tendem a formar profissionais específicos e seres humanos com capacidade de atuar no processo de desenvolvimento da região de forma ética, que avaliem quesitos sociais e ambientais, participando de maneira ativa a favor da comunidade (DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA REGIONAL..., 2009).

Delors (1996) corrobora com tal ideia, apontando que as universidades possuem como objetivo formar profissionais com liberdade acadêmica e autonomia institucionais - características essas consideradas indispensáveis.

A Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (2009) aponta que a UNESCO postula que a formação dos futuros profissionais durante o processo vivido no ensino superior deve ser pautada na revolução do pensamento. Sendo esse um quesito necessário para dar sequência as demais transformações pelas quais o aluno passará, preparando o acadêmico (futuro profissional), desta forma, para executar suas atividades em prol do desenvolvimento da região.

Entretanto, para que tal fato ocorra existe a necessidade de integração entre o setor de ensino – a universidade – e os setores econômicos. Isso dá pelo fato de que o processo de aprendizagem será composto por quatro porquês, ‘saber por que’, ‘saber o quê’, ‘saber como’ e ‘saber quem’. A função da universidade está focada nos dois primeiros. Para o ‘saber como’ faz-se necessário que a indústria abra as portas para o aluno adquirir a experiência prática, e o ‘saber quem’ está ligado à interação social e contato com demais profissionais (GODDARD, 1998).

Tal integração ainda necessita da verificação de necessidades oriundas dos usuários do conhecimento, ou seja, serviços públicos e empresas contratantes, as quais devem ser aliadas às capacidades acadêmicas dentro de suas respectivas linhas de pesquisa (DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA REGIONAL..., 2009).

Para tanto, a educação superior pode atuar com seus acadêmicos imersos no mercado de trabalho por meio de atividades curriculares obrigatórias, as quais podem estar estipuladas pelas Diretrizes Nacionais de Educação e Projeto Político Pedagógico de cada curso em específico. Sendo assim, o ‘saber como’ e o ‘saber quem’ já se iniciam durante o processo de formação como uma característica obrigatória dos cursos.

Segundo Ziegler *et al.* (2019), a UNESCO é peça chave para uma educação de qualidade, pois financia políticas públicas inclinadas a desenvolver processos educacionais que proporcionam o bem-estar da sociedade. Ademais, esse órgão enaltece que a educação é a melhor maneira para a erradicação da pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisadas as principais proposições emanadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e sua interlocução com a educação enquanto agente do desenvolvimento regional, é possível constatar que defende uma educação primária e secundária de qualidade, além de taxas altas de participação na educação terciária como elementos essenciais para fomentar a inovação e aumentar a produtividade em economias do conhecimento. As cidades atraem capital humano e investimento direto estrangeiro ao se posicionarem como centros globais de educação superior, com habilidades, conhecimento e inovação (UNESCO, 2016a).

É importante ressaltar que o simples aumento de oferta de educação não é garantia de alcance do desenvolvimento, é necessário considerar a qualidade da educação oferecida. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a adoção de políticas públicas na esfera municipal passou a exigir parcerias. Nesse sentido, a UNESCO (2013, p. 21) entende que a “presença e cooperação com todas as esferas federadas é essencial, especialmente em temas como a gestão educacional, a qualificação de professores, o uso sustentável de bens naturais, o desenvolvimento social e o combate à pobreza”. No novo cenário, o organismo internacional destaca-se na defesa do direito à educação em todos os níveis e modalidades.

Existem tendências e muitas mudanças no mundo globalizado. Sabe-se, também, que a educação exige rígidos procedimentos técnicos e severo planejamento para oferecer ensino de qualidade para todos. Com o intuito de colaborar para a solução do problema, educação enquanto agente do desenvolvimento regional, sugere-se desenvolver um projeto capaz de promover o debate nas comunidades sobre as políticas públicas que regem a matérias e a efetiva aplicação da tecnologia na educação.

Importante destacar que só a educação não assegura o desenvolvimento econômico regional, porém, com algum esforço, aprofundar o conhecimento sobre o tema e promover a discussão acerca do papel da educação como fator de desenvolvimento humano e social contribuirá para a redução das desigualdades de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, T. P. de; LIMA, R. A. de. Formação profissional no Brasil: revisão crítica, estágio atual e perspectivas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 175-190, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF: DOU, 1996, v. 12, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília : MEC, 1993. Disponível em <<https://bitly.com/STW3G>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 jun. 2020.

CÚPULA MUNDIAL DA EDUCAÇÃO. Declaração Dakar: **educação para todos**. Dakar, Senegal, 2000. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-dakar.html>> Acesso em: 08 jun. 2020.

DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 235-246, mar. 2009.

DELORS, J. *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: CORTEZ, 1996.

ECHEVARRÍA, J. M. Funções da educação no desenvolvimento. *In*: PEREIRA, L. **Desenvolvimento, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 17-29.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODDARD, J. O papel das universidades no desenvolvimento regional. *In*.: UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior; Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação; marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior**. Trad. Amós Nascimento. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998. p. 385-424.

FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. **Declaração de Incheon: Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos**. Incheon, Coreia do Sul, 2015. Disponível em <<https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000233137>>. Acesso em: 15 jun. 2020

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2013.

LANGHI, C., BONINI, L. M. de M., MATTARAIA, M., & ALONSO, N. Programas socioeducacionais. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 21, n. 1, p. 42-50, 2019.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MYINT, H. Educação e desenvolvimento: um balanço teórico. *In*.: PEREIRA, L. **Desenvolvimento, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, D. A. de. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANCHIS, E. **Da escola ao desemprego**. São Paulo: Agir, 1997.

RAMOS, M. S.; STAMPA, I. Políticas de formação para o trabalho e a socialização do conhecimento. **Revista em Pauta**. Rio de Janeiro/RJ, jul. 2016, v. 14, n. 38, p. 320–343.

UNESCO. **Educação de qualidade no Brasil**: qualidade e igualdade da educação. Brasília: UNESCO, s.d. Disponível em <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/education-quality>>. Acesso em: 15 jun. 2020

UNESCO. **A UNESCO e a educação na América Latina e Caribe**: 1987 - 1997. Santiago, Chile: UNESCO, 1998b. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000294.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

UNESCO. **Programa da UNESCO no Brasil 2013**. Brasília: UNESCO, 2013. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2058987/mod_resource/content/1/Programa%20UNESCO%20no%20Brasil%202013.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

UNESCO. **Educação para pessoas e o planeta**: criar futuros sustentáveis para todos, relatório de monitoramento global da educação de 2016, resumo. Brasília: UNESCO Brasil, 2016a. Disponível em <<https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000245745>> Acesso em: 02 jun. 2020.

UNESCO. **Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros**. Brasília: UNESCO Brasil, 2016b. Disponível em: <https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000265996> por. Acesso em: 02 jun. 2020.

UNESCO. **Fortalecimento do estado de direito por meio da educação**: um guia para formuladores de políticas. Brasília: UNESCO Brasil, 2019. Disponível em <<https://unesdoc.UNESCO.org/ark:/48223/pf0000371391?posInSet=1&queryId=73f4f7a1-14ab-4b38-8907-649f37524a1d>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

VIEIRA, A.; LUZ, T. R. da. Do saber aos saberes: comparando as noções de qualificação e de competência. **Organizações & Sociedade**. Salvador/BA, v.12, n.33, p. 93-108, 2005.

ZIEGLER, E. de J. S. *et al.* UNESCO: a educação como instrumento de transformação para o desenvolvimento social e econômico do país. **Fadisma entrementes**, Santa Maria, v. 16, p. 1-7, 2019.